HISTÓRIA DO CEARÁ HOLANDÊS

(Considerações em tôrno de dois pontos controversíveis)

CARLOS STUDART FILHO

I

Retardios na senda dos descobrimentos oceânicos, — senda aberta havia quase uma centúria e já largamente trilhada pelos audazes navegadores da península pirenáica — os Países Baixos não possuíam nem colônias, nem marinha de guerra, nem mesmo comércio transoceânico organizado quando, pela paz de Utrecht, de 22 de janeiro de 1579, seus pequenos estados se confederaram para construir a República das Sete Províncias Unidas.

A êsse tempo, porém, o povo holandês já adquirira, por influência das próprias condições do ambiente em que vivia, tôdas as fortes características nacionais.

As circunstâncias geográficas, repercutindo poderosamente no domínio das idéias, haviam estimulado nêle o desejo de fuga para o mar, e muitos dos seus se tinham tornado, já naquela época, marujos atilados e valentes. E porque fôssem audazes e empreendedores e lhes não sorrisse a angustiosa situação de inferioridade em que se viam colocados, intentaram, logo que as circunstâncias se fizeram propícias, alargar e fixar a influência política, social e econômica da terra natal, sôbre as regiões mais remotas do mundo, abrindo até elas novas rotas marítimas; tinham em mira, a fim de garantir o mercado de seus produtos e o livre acesso às fontes de matéria-prima, criar, para a pátria, um império colonial, mesmo à custa das mais poderosas nações do meio-dia europeu.

Abalançavam-se, pois, ousadamente, a uma nova tentativa para transferir, ao campo das realizações práticas, os princípios da moderna doutrina do espaço vital, doutrina então ainda não formulada, mas cujos espantosos capítulos sempre flutuaram

indecisos na mente dos povos europeus de todos os tempos, de tôdas as raças e de todos os credos.

No afã de levar por diante objetivos tão complexos, êles procederam como vinham procedendo os filhos de tôdas as grandes potências marítimas do ocidente.

À maneira dos franceses e depois dos inglêses, êstes na época ainda combalidos pelos efeitos da guerra civil das Duas Rosas, de espanhóis e de portuguêses, as gentes das Províncias Unidas realizaram, em terras ribeirinhas do Atlântico e no Extremo-Oriente, injustas guerras de conquista; no seu imperialismo desvairado, subjugaram povos fracos e indefesos, saquearam e exercitaram a violência nas mais desmedidas proporções.

II

A conselho de Coligny, o príncipe de Orange que, por interêsses políticos, se fizera republicano e protestante, outorgara, a fidalgos conterrâneos, numerosas cartas de marca para a obra regular de pirataria oceânica.

Êsses corsários, debaixo do nome *de pedintes do mar*, pilharam galeões e afundaram as caravelas que conduziam copiosos tesouros da América e, assim, tornaram-se temidos sôbre os mares, como salteadores habilíssimos.

No Brasil, êles apareceram, pela primeira vez, em 1587, e, em 1595, quando o flibusteiro inglês James Lancaster entra em águas de Pernambuco com a sua armada, ali encontra veleiros holandeses aos quais se associa para levar a efeito o roubo da praça de Olinda. Em 1604, sob o comando de Paulo Wancarden, sete navios forçam o pôrto de Salvador, em cujas cercanias haviam estado cinco anos antes arvorando as suas flâmulas guerreiras, e aprisionam uma embarcação, incendiando outra. Nesse meio tempo, piratas da mesma nacionalidade cruzam as praias adustas do Ceará, visitando-as, com o intuito de entabolar negócios com os nativos, e elegem, a seguir, a embocadura do portentoso Amazonas, para teatro de suas atividades comerciais.

Foi por isso que, em 1616, quando chegaram â região do estuário Francisco Caldeira Castelo Branco e seus vitoriosos companheiros de jornada, numerosas eram ali as feitorias batavas, plantadas com a intenção conquistadora ou simplesmente mercantil.

Estiveram traficando livremente na costa leste-oeste, entre 1600 e 1610, Jean Bautiste Syens, de Amsterdão, que escreveu

o diário de sua viagem a Mucuripe, e os traficantes Hendrychssen Cop e Claes Adriaenssen Clyt, de Ackerloot, que deixaram também o roteiro de suas peregrinações em mares do Nordeste.

Êstes últimos, tendo realizado suas viagens em 1610, talvez desconhecessem os têrmos da trégua de 12 anos firmado entre a Holanda e a Espanha no ano anterior...

"Leis, prevenindo a defesa dos portos e ordenando que as naus de comércio fôssem comboiadas em forte esquadra, também não impediram, diz-nos o historiador João Ribeiro, que os holandeses chegassem a aprisionar, em 1616, vinte e oito, e, em 1623, setenta naus do comércio brasileiro".

O exemplo mais sugestivo de seus métodos de "conquista a ferro e fogo de regiões prósperas e felizes sob o domínio de outros povos civilizados", é, porém, o ataque desencadeado, em meados de 1624, contra a cidade do Salvador pela poderosa esquadra de Jacob Willekens e Pieter Heyn.

O assalto trouxe às armas flamengas vitória fácil, porque, consoante anota Capistrano de Abreu em comentários à História de frei Vicente do Salvador, o pânico entregou-lhes inerte e deserta a metrópole do Brasil.

Acêrca dessa emprêsa, escreveu o padre Antônio Vieira, em carta de 30 de setembro do mesmo ano, enviada da Bahia ao geral dos jesuítas em Roma, o seguinte: "Tanto que o Sol saiu em 10 de maio, julgando os holandeses da mesma quietação da cidade estar sem defensores, deliberaram entrar, e entraram, não sem receio de algumas ciladas, mas a cidade ou para melhor dizer, o deserto, lhes deu entrada franca e segura, indo logo tomar posse das casas reais, onde estava o governador, desamparado de todos, e acompanhado só de um filho e três ou quatro homens. Presos êstes, e postos a recado no almirante, cobram todos os despojos que tanto a mãos lavadas lhes ofereciam liberalmente as casas com as portas abertas, *tudo* roubam e nada perdoam, empregaram-se no oiro, prata e coisas de preço, e, despedaçando o mais, deitam pelas ruas como a quem custasse pouco". Apud Eduardo Moreira "Holandeses no Brasil". (Revista de História, n. 14, Lisboa, 1915).

III

Embora levada a efeito em defesa da liberdade dos mares e do comércio oceânico, e fôsse, pelos interessados, apresentada como operação de guerra, que pretendiam lícita — uma vez que

os Países-Baixos e a Espanha andavam novamente em guerra, e Portugal, por fôrça dos azares de uma simples sucessão dinástica, passara, em 1580, a fazer parte do vasto império de Felipe II, — a ação contra a metrópole do Brasil nada mais representa, porém, que um ato de deslavada flibustaria internacional.

Batiam-se aquêles homens contra o monopólio da navegação transoceânica; eram, conforme observa Agenor de Roure, piratas em nome de uma grande e generosa idéia — germinada no cérebro possante de Grotius e exposta no "*Mare liberum*", êsse livro notabilíssimo do grande gênio nórdico — mas, nem por isso, passavam de meros gaviões do mar, consoante mesmo as precárias normas de direito internacional vigentes no momento.

Vencidos, depois de ásperos combates, pelas fôrças luso brasileiras que acorriam de todos os setores da colônia, obrigados a capitular em 28 de abril de 1625, e expulsos do Recôncavo pelas esquadras conjuntas de D. Manuel de Menezes e D. Fradique de Toledo Osório, os nossos adversários não desanimam.

Como disse algures o escritor Maul, os tempos são de côrso, de assalto, de apropriação violenta dos bens alheios e Flandres, para levar a efeito novos atos de pirataria, tinha nos mares, desde o início do século XVII, a frota mais poderosa e aguerrida do mundo.

Além disso, naquela época já havia tomado corpo, com a criação da Companhia neerlandesa das Índias Ocidentais, o grandioso sonho político de Guilherme Usseline tanto tempo combatido por Oldenbarnevelt e seus partidários.

Levantara-se para ela o fabuloso capital, de 600.000 libras, sendo-lhe indicado, como teatro de suas atividades guerreiras e mercantis, tôda a América e a costa Ocidental da África, cujos direitos de conquista e colonização passaram a pertencer-lhe privativamente.

Podiam, pois, os flamengos, cujas naus trafegavam em liberdade e segurança por tôdas as águas do planeta, lògicamente pensar em volver às terras brasileiras para invadí-las e incorporá-las aos domínios patrimoniais da poderosa Companhia.

E, assim, mal impam novamente de vento as grandes velas da esquadra do Almirante Balduino Hendrikszoon que, das costas da Bahia, regressava à patria sem ter podido levar socorros aos seus compatrícios, vencidos e encurralados em Salvador, já, no cérebro daqueles flibusteiros, fervilham novos

e mais audaciosos projetos de saque e de conquista de nosso território.

É nesse propósito que, ao tomarem terra na baía da Traição para refrescar, êles atraem a si e depois transportam para Holanda numerosos moradores nativos daquelas orlas praieiras. Tais indígenas, todos pertencentes â grei tupi, depois de familiarizados com a vida na metrópole e instruídos nos mistérios da religião reformada, tornaram ao Brasil e se fizeram propagandistas ativos e convictos do domínio batavo entre seus irmãos de sangue. (Veja-se Pedro Souto Maior — "Dois índios notáveis e parentes próximos" — Revista do Instituto do Ceará, tomo XXV).

Incitando-os a não combaterem o invasor, êsses agentes do inimigo muito concorreram para a derrocada da resistência portuguêsa em chãos nordestinos.

Quem tiver tido ocasião de ler a correspondência trocada entre os índios Pedro Poti — inabalável sectário da igreja reformada — e D. Felipe Camarão — católico romano convicto — fàcilmente poderá avaliar da dedicação e fidelidade com que os nossos ingênuos brasilienses serviram à causa de seus aliados estrangeiros cujos propósitos e intenções tão bem julgavam conhecer.

IV

Por volta de 1627, surge Pieterszoon Heyn novamente nas águas da Bahia; assola o Recôncavo e arrasta consigo oito navios mercantes carregados das mais variadas utilidades. No ano seguinte, aquêle almirante apresa a rica frota da prata de Espanha.

Dois anos mais tarde, os holandeses aparecem nas costas de Pernambuco e, a 16 de fevereiro de 1630, as tropas do coronel Teodoro de Waerdenburch tornam-se donas da cidade de Olinda e, logo a seguir, da incipiente vila do Recife.

À maneira da Bahia, a resistência foi insignificante. Os moradores abandonaram seus lares, buscando refúgio pouco heróico nas matas que cresciam a algumas léguas da praia.

A defesa, escreve Ernesto Moreira, havia sido preparada por Matias de Albuquerque que, nesse intento, se viu desajudado pelos ociosos olindenses. Mas estava determinado que assim sucedesse para escarmento dos vícios, que ali grassavam de forma espantosa. Pinheiro Chagas, o popular historiador português, traçava um quadro eloqüente do estado daquela cidade

nestas poucas palavras: (História de Portugal, tomo VI) "Tinha então Olinda 2.000 habitantes; e em tão pequena população havia quatro conventos de frades e um de freiras, encerrando êste último 120 religiosas! Apesar da religiosidade atestada por estes monges de ambos os sexos, arrancados aos deveres da vida social, a devassidão e a avareza reinavam ali sôltas. Quando êstes vícios corrompem uma população é raro que ela possa conservar a virilidade que a fortalece".

Reduzidos inicialmente ao estreito âmbito de Recife, Olinda e seus arredores, onde os mantinham entocaiados os soldados e os colonos luso-brasileiros do interior, lograram afinal os invasores, depois da adesão de Calabar, estender seus domínios até Porto Calvo e assenhorear-se também de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A chegada de Maurício de Nassau a Pernambuco, em 23 de janeiro de 1637, dera ainda maior incremento à política expansionista dos dirigentes batavos. Nesse mesmo ano as suas fôrças caminham até às margens do São Francisco e atingem depois Sergipe; rumando à costa do meio norte, alcançam fàcilmente o Ceará, que é subjugado graças à cooperação solícita dos indígenas locais.

Em 1642, a esquadra do Almirante Cornesliszoon Lichthardt aparece em águas do Maranhão e sua maruja conquista subreptìciamente S. Luís e terras circunjacentes, sem ter encontrado, da parte das autoridades reinóis, a resistência que delas seria lícito esperar.

Bento Maciel Parente, governador do Estado Nortista e principal responsável pelo colapso da cidade, por ter impedido a reação dos próprios moradores, é capturado pelo invasor, morrendo pouco depois prisioneiro.

O novo golpe de mão leva a Companhia das Índias Ocidentais, ou melhor, a Geral e Privilegiada Companhia das Índias Ocidentais das Províncias Unidas Neerlandesas — como lhe chamam ainda documentos de 1645 — ao apogeu do seu poderio territorial.

Tem agora a posse efetiva de quase tôda a região Norte-Oriental, em cujos chãos cedo se fariam sentir, cada vez mais intensos, os tremendos efeitos da efervescência nativista e emancipadora fomentada pelos heróis da reconquista. Heróis de que seriam ainda figuras máximas o índio Camarão, o negro Henrique Dias e o branco André Vidal de Negreiros, já famosos nas lutas de guerrilhas.

Depressa mudam, porém, as sortes das armas e os intrusos

são expulsos do Maranhão pelas tropas luso-brasileiras de Antônio Teixeira de Melo.

V

Depois da fuga de João Fernandes Vieira, Antônio Cavalcante e de outros conjurados da boa causa de libertação, a repulsa contra os intrusos recrudesce e se generaliza ràpidamente. Por tôda parte reacendem-se os ódios raciais.

Ao longo da costa nordestina, de Alagoas ao Rio Grande do Norte, os independentes vão arrebatando ao inimigo, uma após outra, tôdas as posições por êles usurpadas.

Como observa Luís Dias Rollemberg, com muita propriedade, (em "Aspecto do Brasil Holandês"), a luta dos naturais do país tomara a feitura de "cruzada religiosa". Era a guerra das comunidades católicas brasileiras contra o invasor hereje; tinha ela, pois, um pouco daquele caráter de guerra santa empreendida, séculos antes, pelos europeus contra os muçulmanos.

Entretanto, com os sucessivos desbaratos sofridos, mais e mais se vão amainando os entusiasmos bélicos e imperialistas dos flamengos, cuja finalidade no Brasil fôra antes procurar lucros e vantagens mercantis do que aventuras heróicas.

A técnica de terra queimada e da destruição sistemática das zonas de cultivo, iniciada por Matias de Albuquerque e imitada, com tanto proveito, por Bagnuoli, técnica que os luso-brasileiros continuaram usando por quase vinte anos, com breves intermitências apenas, haviam desorganizado por completo o ritmo de vida econômica do nordeste brasileiro, arruinando de todo a riqueza pública e exaurindo as melhores fontes de renda da Companhia das Índias Ocidentais.

Criada para a rapinagem e só de rapinagem podendo viver, ela teve, por fim, de capitular.

A 26 de fevereiro de 1654, a assinatura da rendição, da Campina do Taborda, punha, pois, têrmo definitivo ao domínio estrangeiro em todo o Nordeste Oriental.

Terminara o longo e inglório ocaso em que havia mergulhado o Brasil holandês, dezessete anos antes, com o regresso de Maurício de Nassau para a Europa e por fôrça da política mesquinha e interesseira dos membros dirigentes do Supremo Conselho. De visão tacanha, êstes serviam apenas aos interêsses dos "mercadores neerlandeses que possuíam seus florins empenhados nesta emprêsa" e que nunca estavam satisfeitos com os lucros por mais avantajados que fossem".

Após nove anos de lutas, sofrimentos e das sucessivas vitórias de Tabocas, Casa Forte e Guararapes, chegara ao fim a cruzada patriótica e generosa dos pernambucanos, cruzada "cujos sacrifícios, valor e heroismo, tanto resplendem nos anais guerreiros do Brasil", segundo a expressão de justo entusiasmo do historiador F. A. Pereira da Costa ("Rehabilitação histórica do Conde de Nassau", Revista do Instituto Hist. e Geog. Brasil, Vol. LXXI).

VI

A tragédia que acabamos de descrever, tragédia gloriosa porque foi durante os seus momentos agrestes que a nossa consciência de nacionalidade eclodiu e "se firmou de maneira nítida e galharda", a segunda invasão holandesa, dizíamos, está, como aliás todos os grandes acontecimentos que envolveram a humanidade civilizada, referta de episódios memoráveis, de ensinamentos de tôda ordem e de estímulos patrióticos. Seus lances mais sugestivos ou de maior repercussão têm servido, e servem ainda hoje, a dissertações abundantes, condensando, assim, em tôrno dêles uma literatura rica e variada.

Alongando os seus efeitos a todo o Nordeste, a conquista flamenga devia naturalmente também atrair e prender a atenção dos pesquisadores cearenses, especializados no setor das investigações históricas.

A inconsideração ou, talvez mesmo, o desconhecimento puro e simples, de certos fatos notáveis — não ligados de modo direto às atividades guerreiras dos dois beligerantes, e, por isso mesmo, havidos inadvertidamente por secundárias e insignificantes, — tem levado, porém, alguns dêsses nossos escritores a mais de uma afirmativa temerária e, por isso mesmo, sem nenhuma razão que a justifique.

Das muitas asserções que, em nosso entender, pecam por falta de fundamento lógico, as duas seguintes, sobretudo, merecem ser focalizadas e discutidas da maneira mais ampla possível em virtude da projeção que têm tido nos anais pátrios.

A primeira diz respeito a um suposto povoamento da interlândia cearense, ocorrido durante a segunda guerra holandesa; a outra prende-se à constituição étnica dos seus habitantes, constituição étnica essa que teria sido grandemente influenciada por largas infusões de sangue nórdico havidas no decorrer daquele período colonial.

Abalando profundamente a vida social e econômica, a invasão teria estimulado a fuga dos moradores da cinta costeira

de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte para as distantes caatingas do oeste nordestino, exercendo, assim, papel de acentuada relevância como acelerador do desbravamento e da colonização de todo o sertão do Brasil Norte-Oriental, o que vale dizer, também do Ceará.

As idéias, contidas nesta primeira tese, têm sua mais clara expressão na palavra do Sr. Alberto Amaral, homem de letras sobralense dos mais acatados no meio onde vive.

Tratando de assuntos ligados à história de sua terra natal, em artigo dado à publicidade na Revista do Instituto do Ceará (Tomo XLV, Fortaleza 1931) êsse autor sustenta que: "Em consequência da guerra holandesa — 1630 a 1655 (?) — várias familias da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, tangidas pelos horrores da guerra e pelo ódio sectário dos holandeses, procuraram, abandonando o litoral, refugiar-se no interior do Ceará, estabelecendo-se primeiramente no vale do Jaguaribe e afluentes onde fundaram grandes fazendas de criar gados; em seguida, levantaram outras bandeiras de conquista de novos rios de maneira que mui depressa veio a ser todo o Ceará ocupado pelos invasores de origem lusitana".

Não apenas escritores imperfeitamente familiarizados com os problemas atinentes à "complexa e agitada história dos trinta anos de domínio holandês em nosso território", senão também cronistas regionais de grande cultura e projeção, como Theberge, Pompeu e Catunda, perfilham tão ousadas afirmativas.

Da obra "História do Ceará", da autoria do último dos exegetas citados, destacamos o trecho seguinte:

"Aproveitaram ao Ceará as desgraças com que a guerra açoitava as capitanias do sul, muitos habitantes destas, receosos da prolongação da luta, abandonavam seus domicílios, e com seus gados se transportavam para o interior do Ceará, em cujos campos fundaram fazendas curraleiras".

Compendiadas em livros escolares e correntes até mesmo em obras de cuidada erudição, tais noções tomaram de há muito foros de verdades irrecusáveis.

Todavia o exame do panorama histórico, social e econômico do nordeste e o quadro de distribuição das populações rurais e urbanas aí fixadas, antes, durante e depois da agressão batava, longe estão de permitir qualquer dessas ilações apressadas.

Irradiando da região agro-pecuária que circundava a vila de Olinda, — onde Duarte Coelho estabelecera, em 1535, a sede de sua donataria e em tôrno da qual gravitam os núcleos de

Conceição, cabeça de um dos pedaços do quinhão de Pero Lopes de Sousa, e Igaraçu, primeira povoação da Capitania;—a expansão colonizadora seguiu inicialmente para o Norte. Marchou pela orla marinha, firmando-se na Paraíba, em 1584, e atingindo triunfante o Rio Grande do Norte, em 1597. Ajudado ainda pelos poderes públicos, o povoamento dilatou-se, outrossim, na direção da costa leste-oeste, ocupando, em lances sucessivos, as praias do Ceará, em 1612, e a ilha de S. Luís e terras firmes de Cumã e Tapuitapera, no Maranhão, em 1615.

Em princípios do lustro seguinte estavam lançados os fundamentos da vila de Belém.

Caminhando para o sul, o movimento pioneiro rompe as zonas meridionais de Pernambuco, chega às margens do baixo S. Francisco, e avassala, desde logo, o território costeiro de Alagoas.

VII

A conquista do litoral nordestino foi, malgrado o valioso auxílio do govêrno, emprêsa difícil e perigosa que só se realizou à custa de trabalhos ingentes e sacrifícios vultosos de cabedais e vidas.

O símbolo da ocupação da terra foi, inicialmente, o fortim-feitoria, núcleo de condensação em derredor do qual se aninham nativos e colonos. Cada um dêsses marcos vitoriosos da civilização lusitana em chãos do Novo Mundo, assinala episódios de epopéia que ainda hoje são rememorados com carinho e intensa emoção.

Por essa época, o sertão, guardado por silvícolas vigilantes e sempre prontos a revides sangrentos, permanecia inacessível e misterioso.

Ao raiar do segundo século, a faixa conhecida e explorada do Brasil Norte Oriental era, por isso mesmo, ainda relativamente estreita. Sua largura atingia cêrca de 20 léguas em Pernambuco, minguando sensìvelmente nos outros pontos da marinha.

Nesses confins esquecidos do mundo civilizado, uma população exígua perdia-se em imensos vazios demográficos. Escassa e disseminada, ela não dispunha nem de meios de comunicações eficientes, nem de vias de transporte capazes de unir e solidarizar as criaturas amenizando-lhes as agruras da existência rude que curtiam.

Os colonos, tanto reinóis como os nascidos no país, eram, pois, na sua maioria, gente agra e miserável a quem as hos-

tilidades do ambiente emprestavam virtudes heróicas. Só os moradores de Olinda desfibravam-se no luxo, na ostentação, no desperdício e na moleza.

O engenho de açúcar que, desde os primeiros dias da colônia, fôra a base econômica onde se firmára a vida social e política de tôda a comunidade, continuava a exercer, nos recantos mais ferazes da região nordestina, seu grande papel de condensador de homens e de energias.

As fazendas curraleiras apareciam, já então, como poderosos esteios da riqueza pública, a pecuária tendo-se desenvolvido de maneira a mais promissora também nos campos da Paraíba e Rio Grande do Norte. Sua expressão na vida econômica da terra, era mesmo bem mais acentuada do que a dos "sitios", onde se faziam as tentativas de aclimação das espécies vegetais exóticas e o plantio em larga escala de fumo, algodão e outros produtos da terra.

VIII

Por tôda parte os nativos e os contingentes humanos vindos do Velho Mundo e das costas africanas, que fôrças econômicas e interêsses de defesa comum aproximam, sofrem um intenso processo de amalgamento de sangue e de cultura. Era a complexa elaboração de uma sociedade de hábitos e costumes novos, mas em perfeita harmonia com o meio físico que a envolve.

Na manhã de 12 de dezembro de 1633, após terem feito malograr os intentos das expedições de Joost Closter e do Capitão Albert Smient e anulado o assalto de dezembro de 1631, que fôra levado a efeito pelo tenente coronel Hartman Godefrid van Steyn-Callenfels, rendem-se afinal os luso-brasileiros que guarneciam a fortaleza dos Santos Reis Magos. Vencera-os a expedição partida do Recife, sete dias antes, sob o comando de Jan Cornesliszoon Lichthardt, almirante da costa, e do comissário Matias Van Keulen. As fôrças de desembarque que dela faziam parte e que depois tomaram a vila de Natal e o resto da capitania, estavam debaixo da direção do tenente-coronel Baltazar Bijma.

A capitania do Rio Grande do Norte era pobre e quase despovoada. A vila de Natal contava, segundo informações deixadas pelo brabantino Adrian Vindonck, de 35 a 40 casas de palha e barro. Os habitantes mais abastados viviam habitualmente nas suas fazendas e aí vinham apenas aos domingos e dias santificados a ouvir missa. Num raio de seis a nove

milhas não residiam mais de 120 a 130 campônios na maioria mestiços.

Dois eram os engenhos existentes; um, no *Ferreiro Torto,* de fogo morto, pela ruindade das terras; e o outro, na várzea de Cunhaú, a 19 milhas ao sul de Natal. Safrejavam de seis a sete mil arrobas de açúcar anualmente e nessas zonas moravam 60 a 70 colonos com suas famílias. Criavam bastante gado e exportavam farinha e milho para Pernambuco nos mesmos barcos em que seguiam as caixas de açúcar que não excediam em regra de 100 a 110. (Vicente de Lemos em "Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte").

Apesar de sua insignificância, sofreria o Rio Grande do Norte, durante a dominação batava, mais do que nenhuma outra capitania nordestina, as agruras da guerra. Suas terras seriam constantemente taladas pelos destacamentos militares de ambos os adversários e a população vítima tanto dos invasores como das próprias tropas nacionais que, àqueles, nada ficavam a dever em determinação e ferócia quando se tratava de castigar trânsfugas ou revidar agravos partidos dos inimigos.

Nos inícios da ocupação, os moradores de Natal e os campônios que viviam nas cercanias da fortaleza, receosos de represálias do conquistador herege e, sem dúvida ainda "embalados pela ilusão de que auxílios lhes seriam enviados da Paraíba", subiram o rio Pontegi com destino ao engenho Ferreiro Torto, de propriedade de Francisco Coelho, onde se acastelaram em atitude hostil.

Mal se houveram, porém. Assaltado o engenho pelas fôrças combinadas de flamengos e jandoins, foram os ocupantes desalojados de suas posições e massacrados impiedosamente. Aí pereceram vítimas da sanha sanguinária dos nativos Francisco Coelho, sua mulher e cêrca de 60 colonos.

Foi êsse o primeiro dos grandes infortúnios que, no correr do século XVII, iriam abater-se sôbre os colonizadores do Rio Grande do Norte, dizimando-os quase por completo.

O estado de abandono e penúria em que caiu a capitania, depois dêle, fácil de imaginar-se, é retratado na carta de 14 de janeiro de 1638, de Maurício de Nassau, aos supremos dirigentes da Companhia nos têrmos que seguem: "Tem vastas e dilatadas terras que pela maior parte se acham *inabitadas e desertas, pois que o* Rio Grande *não tem povoadas mais que 10 ou 12 léguas ao norte do Potengi* ou rio Grande donde esta capitania tira seu nome". "Até onde é povoada terá esta capitania

cêrca de 25 a 30 léguas do litoral" (Apud Tavares de Lira "Domínio holandês no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte" — Rio — 1915).

Para agravar a escassez de habitantes rurais em que se debatia o Rio Grande do Norte, repetiu-se a ocorrência sangrenta de Ferreiro Torto com a mesma crueza e violência em vários pontos de seu minguado território. Teatro de inomináveis chacinas e de terríveis devastações foram o engenho de Cunhaú, a casa grande de João Lastau Navarro, Uruaçu e a casa forte de Guaraíras.

Em conseqüência de semelhantes morticínios, ficou a terra pràticamente arrazada e deserta, merecendo de conhecido cronista flamengo, diz-nos Tavares de Lira, apenas as referências seguintes: "Os índios brasilienses e tapuias mataram a todos os portuguêses que puderam haver às mãos em uma rendodeza de vinte léguas, de modo que aquêles lugares estão muito assolados (desolat), os selvagens tapuias querem agora fazê-lo à sua vontade como donos".

O despovoamento atingiu tais extremos que, uma década depois da expulsão dos intrusos, em 1664, Valentim Tavares Cabral — nomeado por Patente real de 12 de fevereiro de 1663 para suceder, no govêrno da Capitania, a Antônio Vaz — dizia a lamuriar-se no senado da Câmara de Natal, de 10 de novembro daquele ano : "Bem insignificantes são os dízimos reais que estão sendo aplicados nos reparos da fortaleza e que reduziram os batavos do Rio Grande matando uns e cativando a muitos. Pode-se dizer que a *capitania começa agora a povoar-se...*" (Vicente de Lemos "Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte").

Pobre e desolada pela guerra, com uma população muito reduzida, não poderia, pois, o Rio Grande do Norte, como se pretende, ter sido um foco irradiador de imigrantes para outras capitanias do Nordeste.

Para conter as veleidades expansionistas que, porventura, animassem alguns de seus moradores, vivia, outrossim, atenta a matula indígena a serviço dos flamengos. Bem clara na memória de todos a paralizar-lhes quaisquer iniciativas visando a avançar para o sertão, estava a lembrança das atrocidades cometidas, na capitania, pelos jandoins, cujo ódio contra os portuguêses continuava incansável.

Após a tragédia de Cunhaú, diz-nos Câmara Cascudo ("Holandeses no Rio Grande do Norte", Natal, 1949), quem

não fugiu para Paraíba procurou abrigo na casa de J. Lastau — onde, acrescentamos, iriam todos encontrar morte bastante heróica.

Ninguém pensou, portanto, em transmudar-se em pioneiro e furar a selva bruta em busca dos distantes rincões do Ceará.

Recordemos, mais uma vez, que em nenhum dos cronistas antigos, que compendiaram fatos relativos aos dias iniciais da história nordestina, é encontrada qualquer referência que direta ou indiretamente venha contrariar o que acima afirmamos. Alusões a supostos deslocamentos, realizados por colonos norte-riograndenses durante a ocupação batava no sentido da nossa interlândia, não figuram nos documentos desta época, — pelo menos nos muitos que consultamos, — e, assim, tais migrações devem ser consideradas absolutamente improváveis.

IX

Derruida a hipótese que poderiamos chamar rio-grandense, cabe examinarmos agora a possibilidade de terem partido da Paraíba as supostas levas de sertanistas que, segundo alguns escritores, povoaram a caatinga cearense em princípios do século XVII.

Sabe-se que o progresso da colonização e o aumento da riqueza pública haviam sido naquela Capitania, durante os primeiros anos, bem maiores do que no Rio Grande do Norte e isso "em virtude da tensão já existente em Pernambuco, ali vizinho, e da qualidade da terra que ainda permitia o estabelecimento econômico de engenhos".

Quando, a 4 de dezembro de 1634, aparece ao largo das terras do cabo Branco a esquadra do almirante Lichthardt, que vinha empreender a conquista, o seu desenvolvimento material era, pois, já considerável.

A zona ocupada, não obstante isso, cingia-se apenas a uma faixa de terra de pouco mais ou menos dez léguas de largura e que ia, segundo esclarece Alcides Bezerra, do Abaí ao Miriri.

Nas margens do Paraíba e pequenos afluentes, notavam-se dezoito engenhos com grande escravatura, avultado número de moradores acostados à sua sombra e índios domésticos auxiliares da agricultura e dos labores da fabricação do açúcar.

A cidade de Felipéia, depois batizada com o nome de Frederica em honra ao Stahauder Frederico Henri, possuia aproximadamente mil habitantes, não contando alguns adven-

tícios que, acossados de Pernambuco e outros lugares já dominados pelos holandeses, ali se haviam refugiado.

Para defesa do pequeno agregado humano estavam prontos os fortes de Cabedelo ou Santa Catarina e de Santo Antônio, êste ainda por acabar, do outro lado do rio. Na ponta da ilha Restinga, olhando para os dois, havia sido construida uma bateria. (Irineu Ferreira Pinto "Datas e notas para a história da Paraíba", Paraíba, 1908.)

Todo o aparelhamento bélico apontado não impediu, porém, a derrota das nossas fôrças e o rápido avanço do inimigo pela área povoada da Capitania.

Depois da conquista, que foi, aliás, relativamente fácil, dado o poder dos atacantes — 24 navios de guerra a cujo bordo vinham 2.354 homens de desembarque — os moradores, que não se quiseram sujeitar ao invasor, seguiram, a 31 de dezembro de 1634, para Recife com Antônio de Albuquerque e seus soldados; outros, sem dúvida em maior número, recolheram-se aos matos próximos em busca de abrigo.

Na terra dominada pelo alienígena ficaram apenas os mais destemerosos e os acomodatícios.

Entrementes, o edital, publicado pelos representantes da Companhia e que garantia aos paraíbanos a liberdade e a posse de todos os seus bens, produzia efeitos, minando a resistência do povo. E assim, quando, em princípios de 1634, o major Picard voltou à Frederica, a gente que fugira para as brenhas, cêrca de 1.600 pessoas entre homens, mulheres e crianças, regressou apressurada a seus lares desertos.

Para semelhante resultado concorreu igualmente a atitude conciliatória de Duarte Gomes, abastado senhor de engenho que, curvando-se ante o inevitável, aceitara como legítimo o jugo holandês.

Assim, nenhuma indicação existe de que fugitivos, saídos da zona praieira em fins de dezembro de 1634, hajam transposto os limites das terras conhecidas penetrando nos sertões do Nordeste.

Se o fato porventura aconteceu é êle um incidente humano ainda embuçado nas nébulas da história e, como tal, não pode servir de arrimo a qualquer afirmativa ou discussão bem orientada.

Com o correr dos dias, os moradores da Paraíba sujeitamse, pois, aos invasores e as tribos indígenas, seduzidas pelas lábias dos seus agentes, com êles fazem causa comum.

X

Malgrado a adesão franca e quase unânime das populações campesinas da Paraíba ao partido batavo, elas não encontrariam, como é notório, a tranquilidade e o amparo oficial necessário aos seus labores produtivos.

As constantes investidas das tropas portuguêsas, italianas e espanholas, a sôldo de Castela, contra os conquistadores e seus aliados nativos, causavam por tôda parte danos irreparáveis.

Os homens de Bugnuoli, sobretudo, não respeitavam nem os bens, nem as pessoas dos proprietários rurais suspeitos ou não de conivência com os intrusos. Contingentes armados das mais variadas nacionalidades surpreendiam-lhes os engenhos, depredavam-lhes as searas, supliciando e assassinando friamente os que ousavam resistir.

Matar e violentar tornara-se, na época, para os contendores, como um ato de elevada benemerência.

Qualquer desconfiança de parcialidade, informa o historiador Irineu Ferreira Pinto, motivava a aplicação da pena capital, principalmente aos abastados, do que se aproveitava a soldadesca de ambas as facções — sempre a mais atacada dessa loucura sanguinolenta, — para lhes arrancar os haveres ou impor duras contribuições. Verdadeiras matulas de aventureiros, quase todos aquêles homens haviam passado à América com propósito ignóbil de fazer fortuna à custa do saque e dos despojos dos vencidos. Seus chefes, muitos dos quais passaram à História como heróis, eram outras tantas aves de rapina.

Acreditamos que na mente dos paraibanos, atordoada pelo terror e pelo desânimo, tenha despontado em muitas ocasiões, o desejo de deixar aquêle ambiente dolorido de misérias e sofrimentos e partir para lugares distantes, onde fôsse possível viver em segurança e liberdade. Era isso, porém, no momento, um sonho impraticável.

Mais tarde, no escoar da era nassoviana, era relativamente bonançosa para os habitantes das capitanias nordestinas, o êxodo dos paraibanos também não poderia ter tido lugar. Os moradores continuavam ainda sob a vigilância estreita e constante dos nativos que se haviam, como dissemos, acumpliciado com os invasores, e marchar para leste devia parecer àqueles homens minados por múltiplas desilusões, emprêsa demasiado temerária e árdua e, portanto, desinteressante.

Ao aproximar-se do ocaso o domínio holandês, quando, por todo o nordeste, se agita novamente, alteada pelos pernambu-

canos, a flâmula da revolta e referve o ódio patriótico, os paraibanos, na sua maioria esquecidos dos interêsses pessoais, apressaram-se a cooperar com os insurretos na libertação do território brasileiro.

Êles não poderiam, pois, ter, nessa hora de tantas aflições e incertezas, desamparado os campos nativos. É possível que houvesse trânsfugas, que alguns maus brasileiros, infringindo a regra geral de conduta, se desinteressassem da peleja; êstes não julgariam, porém, certamente a ocasião oportuna para se lançar à conquista da interlândia brasileira.

Seria lícito, quando muito, aceitar que um ou outro morador da Paraíba, abandonando as suas fazendas arruinadas, tenha ido fixar-se na orla do sertão desconhecido, caminhando até os contrafortes orientais da Borborema.

"Foi o que, consoante à afirmativa de Pedro Batista ("A entrada das boiadas"), sucedeu aos Negreiros, senhores de engenho da várzea da Paraíba ; despojados de suas propriedades pelo holandês invasor, procuraram o centro das terras e, no Brejo das Canas Bravas, na orla do Araxá, domínio dos Cariris, fincaram arraial, levantando, com auxílio do Padre Aguiar, a capela de S. João, do atual povoado de Fagundes".

"Foi aí, prossegue aquêle autor, que ocorreu o encontro de duas correntes povoadoras da Paraíba; a dos Negreiros que subiam o Cainararé no sentido Este-Oeste e a dos Lêdos, que desciam em sentido inverso. Aquêles cultivavam a terra e criavam gados e êstes cuidavam da pecuária, só se lembrando de plantar o estritamente necessário ao sustento dos empregados".

"Era a *civilização pastoril,* a civilização do couro de boi. . . e a civilização *agrícola,* dos amansadores de terra, que se encontravam."

Pretender, desapoiado de qualquer documento oficial, que os paraibanos, fugindo de participar das manifestações de caráter patriótico que abalavam a vida da comunidade nordestina, hajam transposto a chapada da Borborema rumo às amplidões agressivas das caatingas, parece-nos ir um tanto longe no domínio das conjecturas.

XI

Consideremos agora, de maneira rápida e sumária, a situação geral da capitania de Pernambuco, onde o cíclo dos acontecimentos históricos foi mais ou menos idêntico, e vejamos as possibilidades de fuga de emigrantes, daí para o Ceará.

Sabe-se que a opinião do povo pernambucano, acêrca dos holandeses, variou de modo considerável no decorrer dos 24 anos de ocupação; que, inspirada pelas circunstâncias, ela chegou mesmo, em fases sucessivas de seu desenvolvimento, a cristalizar-se em pontos de vista diametralmente opostos.

Houve, no início da conquista, ou seja logo depois da tomada de Olinda e Recife pelas fôrças do almirante Henderick Corneliszoon, um período durante o qual imperaram na mente dos vencidos idéias de represálias e os empolgaram sentimentos de horror aos intrusos recémvindos; fase psicológica que daria lugar a uma reação armada de tôda a população local contra êles e, mais tarde, à fuga desabalada dos patriotas que, havendo combatido com inútil heroismo, abandonavam a terra com todos os haveres transportáveis, em busca de refúgio na Bahia.

No transcurso da memorável jornada, a que se ligou para sempre o nome de Matias de Albuquerque, o "governador e superintendente de guerra da vila e capitania de Pernambuco", os fugitivos marcharam em formações relativamente densas, condição essencial à sobrevivência comum porque era uma garantia contra os perigos resultantes de encontros fortuitos com indígenas reacionários ou mesmo com o invasor. Tornava-se igualmente mais fácil uma assistência mútua entre vencidos, nos momentos angustiosos e difíceis da travessia.

Êsse deslocamento em massa, sôbre o qual tanto se há falado e escrito e que alguns autores descrevem como sendo "o êxodo de mais de oito mil pessoas, homens, mulheres e crianças a pé, a cavalo, em carros, carregados a ombros, ou em rêdes por escravos, conduzindo os bens possíveis, para escapar ao jugo estrangeiro" realizou-se pela faixa litorânea, já largamente batida e familiar aos nossos. O fato aludido não seria, por certo, de molde a estimular o desejo de deserção em qualquer dos componentes dessa multidão fugidia.

Não obstante isso, teriam elementos dêsse grupo ou de quaisquer outros que hajam permanecido em Pernambuco ou para lá mais tarde regressaram da Bahia, feitos guerrilheiros, e no desempenho da tarefa gloriosa de inquietar infatigàvelmente o inimigo, — levado a efeito a tão decantada migração para o interior do Ceará ? Não cremos, visto que nenhuma referência ao notável feito pode ser encontrada nos historiadores dos tempos da Colônia. Os cronistas da época aludem, é certo, a uma segunda retirada de civis e soldados de Pernambuco ocorrida na época em aprêço; mas esta também se fez pelo caminho do mar e destinou-se, primeiro, a Laguna e, depois, à cidade do Salvador.

XII

A fase de repulsa ao alienígena, segue-se, depois da vinda de Maurício de Nassau a Pernambuco com seu séquito de técnicos, comerciantes, sábios, artistas e aventureiros e da derrota de Bagnuoli, outra de plena aceitação, por parte dos moradores, de sua presença, como um estado de coisas que julgavam sem remédio.

Tal fase de compreensão recíproca, verdadeiramente já se esboçara muito antes quando o povo, percebendo "que era duvidosa, por improfícua, a conveniência de hostilizar as autoridades holandesas em proveito dos portuguêses, muito mais despóticos e cruéis", haviam aceitado o comércio com os holandeses, que "sabiam bem intencionados".

Diante das larguezas de um príncipe generoso, liberal e culto e, por isso mesmo, geralmente admirado e querido, estabeleceu-se mesmo um como que compromisso tácito de mútua colaboração entre vencidos e vencedores.

Muito fizeram, então, ambas as partes para aliviar o pêso da fatalidade que, sob a forma de guerra, de saques, e de morticínio, se abatera sôbre as populações urbanas e rurais do Nordeste.

Envidam-se mesmo intensos esforços para reconstruir a vida pública e administrativa nas zonas ocupadas e soerguer a produção agrícola, o que só se tornaria possível graças a um entendimento mais ou menos perfeito entre batavos e luso-brasileiros.

Assim, conheceu o Nordeste a era de relativo esplendor cultural e renascimento econômico que os entusiastas de Nassau não se cansam de enaltecer.

A Companhia das Índias Ocidentais aufere então lucros estonteantes em conseqüência do monopólio do açucar, da madeira e dos escravos e o próprio govêrno da metrópole portuguêsa já se conformara em parte com a existência de um Brasil não lusitano.

Em 1640, quando Portugal retomava a soberania usurpada por Castela durante 60 anos e D. João IV governava em Lisboa, a côrte, os conselheiros, a camarilha do trono não desejam, observa Carlos Maul, mais guerra e julgam cômodo entregar de uma vez Pernambuco à Holanda tôda poderosa. O Brasil parece-lhes grande de mais e não faria mal dividí-lo".

Mas não apenas aúlicos e familiares do soberano senão também os homens mais sábios e prudentes da Metrópole fazem-se

paladinos dessa infeliz idéia de renúncia. Até mesmo o grande Vieira, no *Papel Forte*, alegando interêsses de maior vulto, a defendeu com o brilho e o ardor de seu inexcedível talento de escritor e diplomata.

É verdade que alguns elementos mais rijos e animosos, tocados já pelo espírito nacionalista e entre os quais figurariam sempre representantes dos três grupos étnicos que hoje integram a grande massa da população brasileira, continuavam irredutíveis nos seus propósitos de não dar tréguas ao invasor. A maioria, porém, dos habitantes da Colônia, não se sentindo prêsa dessa exaltação patriótica, pensava e agia de maneira bem diversa, feliz por se ver livre de lutas, canseiras e sobressaltos. Semelhante estado d'alma teve, como se sabe, a gravíssima conseqüência de debilitar por tal modo a resistência luso-brasileira que ela se tornou pràticamente nula por largos períodos de tempo.

Na fase histórica apontada, ter-se-iam os pernambucanos abalançado a realizar as longas e penosas diligências necessárias à abertura do caminho de penetração que os levaria ao interior cearense ?

Opinamos ainda uma vez pela negativa e o fazemos baseados nos mesmos argumentos e considerações invocados acima para responder, também pela negativa, a questões semelhantes, formuladas em relação a supostas fugas de moradores da Paraíba para o Ceará, e que são perfeitamente válidas para o caso agora em debate. Recordemos, por outro lado, que as condições de segurança reinantes nas terras avassaladas pelos flamengos, em virtude da política conciliatória de Nassau, dera ao povo bem estar e prosperidade econômica. Ora, isso não poderia gerar nêle anseios de deslocamentos rumo a horizontes incertos, por entre silvícolas que, tendo-se aliado ao invasor, lhe eram, portanto, declaradamente infensos.

Objetar-se-á, talvez, que foi, em grande parte, durante os anos de paz que os colonos, radicados nas nossas bordas oceânicas, empreenderam dilatar para as cabeceiras dos rios os seus latifúndios criadores; e, assim, bem poderiam muitos dêles ter, no período áureo do domínio neerlandês, saído a reconhecer a retroterra nordestina. O exame, todavia, das escassas indicações existentes nos arquivos acêrca das condições em que se fêz a expansão pernambucana, parece desautorizar semelhante raciocínio. As tendências expansionistas das gentes de Pernambuco foram, nos primeiros dias, de um lado, no sentido de alcançar o São Francisco e, do outro, de perlongar os cami-

nhos praieiros na conquista dos sertões de fora. Tais fatos nos levam naturalmente a pensar, com a maioria dos autores aliás, que a penetração do nordeste, feita por pernambucanos, só ocorreu muito depois da paz entre Portugal e Holanda, quando a capitania já estava, em grande parte, refeita dos agravos da guerra.

XIII

Com a viagem do príncipe de Nassau para a Europa, os antagonismos entre os dois grupos de novo rebentam e se agravam. Inicia-se entre êles uma nova era de contínuas e acirradas hostilidades da qual não participa, como é natural, o enxame de judeus amoldáveis e cristãos novos de há muito radicados na terra ou recém-chegados do reino.

O clima de justiça, moderação e tolerância transmudando-se, por culpa dos novos dirigentes neerlandeses, ávidos e inábeis, no de intolerância e abuso do poder, estabelece-se, desde logo em Pernambuco, a desordem espiritual que, a seguir, alastra a Colônia. Por tôdas as partes ocorrem choques de interêsses irreconciliáveis e subversões sociais, atritos cujos germes estavam contidos no fanatismo religioso comum a ambos os partidos e nos exclusivismos de raça.

A animadversão contra os intrusos — mal sofreada já nos últimos tempos do govêrno de Nassau — dia a dia mais se exacerbando, culmina, por fim, na revolta armada de 24 de junho de 1645, a cruenta tragédia que se arrastou por quase um decênio ininterrupto, aniquilando as melhores realizações de cem anos de cultura.

Com êsse levante, anota o autor do "Diário ou breve discurso acêrca da rebelião dos portuguêses no Brasil" (Revista do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro n. 32 — 1887), entra tudo em desordem e confusão"; abre-se também o cíclo de decadência do predomínio batavo em plagas brasileiras, cíclo que só se fecharia definitivamente com a assinatura do convênio de 1654, ratificado, depois, em Haia, no correr de 1661.

Está claro que, numa região talada pelas operações de uma campanha militar longa e cruenta, a pobreza, a fome e o desânimo poderiam ter determinado a mudança voluntária de muitos de seus habitantes para sítios menos castigados. Todavia, sem meios materiais adequados, ninguém se sentiria, no momento, tentado a enfrentar o largo sertão, desconhecido e inçado de indígenas de variada filiação tribal, para nêle situar fazendas curraleiras.

Nenhum indivíduo ou grupo familiar, exceção feita daqueles que integravam a grande massa dos *independentes*, poderia, então, dispor dos recursos bélicos e materiais indispensáveis ao temerário empreendimento que era o transferir-se alguém da costa do mar para as terras do oeste ainda indevassado.

Ora, aos *independentes* moviam sentimentos bem diversos dos que, ordinàriamente, costumam excitar no homem o desejo de fuga.

Em tão trágicos momentos, o estímulo era a guerra e tôdas as energias estavam concentradas na realização da obra ingente e benemérita de repelir um invasor que a todos os títulos se tornara odioso.

Os que, por covardia, comodismo ou tibieza fôssem capazes de desertar à causa brasileira, êsses não haveriam, também, de possuir a coragem bastante para arrostar as asperezas da interlândia e seus perigos, alguns, porventura, maiores e mais prementes.

XIV

Seriam os imigrantes de sangue lusitano que, na opinião de alguns escritores nordestinos, povoaram os confins meridionais do Ceará, durante o período holandês, oriundos das próprias praias dessa capitania ? Teriam êles, segundo se pretende, deixado a orla do Atlântico sob o influxo do mêdo que lhes inspirava o agressor estrangeiro, para se fixar nos campos marginais do alto e médio Jaguaribe em cujas amplidões disseminaram seus rebanhos ?

Bem considerados os fatos, tais conjeturas parecem de uma inanidade flagrante. Efetivamente, quando Nassau, fiel às normas imperialistas que traçara, aí fêz chegar, em 1637, as fôrças militares chefiadas pelo Major Joris Garstman, o desenvolvimento econômico e social da capitania mantinha-se num nível muito inferior ao de qualquer das outras unidades administrativas que formam hoje o Nordeste Oriental. Era mesmo o Ceará muito menos habitado e rico que o Rio Grande do Norte, cujas precárias condições de povoamento já tivemos ocasião de assinalar.

Terra pobre e de difícil acesso, não merecera ainda grandes cuidados dos conquistadores ibéricos.

No "Relatório sôbre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses" (1639), da autoria de Adrien Van Dussen, tão citado por Watjen, Maber e outros, se lê mesmo que até 1639, data da publicação do aludido folheto, o Ceará nunca

fôra povoado. A verdade é que, já então, a capitania recebera numerosos povoadores, embora fôssem êles os próprios soldados de presídio no fortim de São Sebastião, mísera atalaia que, plantada à margem direita do desaguadouro do rio Ceará, devia garantir a soberania de Portugal sôbre a costa leste-oeste.

Vencidos, foram os militares luso-brasileiros, depois da tomada da praça, transferidos para Recife na qualidade de prisioneiros de guerra. Igual destino tiveram 18 civis, — remanescentes, por certo, dos imigrantes trazidos por Martim Soares Moreno, em 1621, a que as crônicas daqueles idos chamam simplesmente *"prisioneiros"*, — e mais alguns nativos que se mostravam partidários intransigentes dos portuguêses.

Em 1637, segundo o relatório de Bento Maciel Parente sôbre o Maranhão, havia no Ceará, guarnecendo o seu forte, 30 soldados e apenas 4 ou 5 moradores livres.

Ao ampliarem os recém-vindos as suas posições nas terras conquistadas nelas encontraram apenas algum gado perdido pelos campos praieiros, minguadas culturas de cana, o fortim de São Sebastião e uma pobre aldeia de 13 ranchos e uma igreja.

Era tudo que haviam logrado em 27 anos os persistentes esforços dos colonizadores para valorizar o solo cearense.

A verdadeira fase de ocupação produtiva do citado território iniciou-se em época muito posterior a 1660. Naquele ano, conforme demonstrou o Barão de Studart, de gente originária da outra banda do Atlântico havia ali apenas a guarnição do fortim, que era mudada cada ano, e algum missionário no exercício de sua faina gloriosa de servir a Deus, pela maior difusão da fé católica.

Tempos depois, em 1677, (alvará de 25 de março), seriam concedidas as primeiras sesmarias cearenses a moradores do Rio Grande e da Paraíba.

De acôrdo com tôdas essas considerações não será, pois, temerário concluir-se que não ocorreu nem poderia ter ocorrido, no extremo nordeste do Brasil, durante a intrusão holandesa, o êxodo brutal de massas humanas deslocando-se do litoral cearense para o interior a fim de escapar à opressão.

Fraca era a densidade demográfica naquela parte do Brasil quando irromperam os flamengos e assim tal fato não poderia lògicamente ocorrer.

Tampouco empreenderam os soldados e milicianos, que então guarneciam a nesga costeira que vai do rio S. Francisco ao cabo de S. Roque, retiradas heróicas rumo aos rincões remotos do interior, abrindo sob seus passos apressados caminhos que, logo a seguir, seriam palmilhados por famí-

lias oriundas do Rio Grande, Paraíba e Itamaracá, em suas fugas precipitadas daquelas capitanias para o seio das caatingas cearenses, onde teriam encontrado abrigo e plantado fazendas, como quer a fantasia de muitos.

Em definitivo: Do estudo, mesmo perfunctório dos acontecimentos, conclue-se que, durante a invasão batava, houve no nordeste um verdadeiro colapso na expansão luso-brasileira tanto para o interior, como pela própria orla praieira; insubsistente torna-se, pois, a tese segundo a qual a interlândia cearense recebeu seus primeiros moradores brancos no decorrer daqueles ominosos dias.

A verdade é que só muito depois de desaparecida a mácula da dominação estrangeira, contingentes humanos rasgaram as primeiras trilhas através das matas sempre hostis e misteriosas do Brasil Norte Oriental, buscando, em arrancadas memoráveis pelo sertão, novas terras de criar.

A êsse tempo, amiudaram também as entradas para cativar ou bater os indígenas rebelados do Nordeste.

Pioneiros sertanistas ampliaram, assim, as nossas fronteiras internas num admirável processo de integração da pátria brasileira, levado a efeito pelo labor quase exclusivo de seus próprios filhos.

XV

Passemos, agora, à segunda tese. Refere-se, como vimos, à constituição étnica dos nossos sertanejos e visa a explicar a ocorrência de indivíduos altos, claros, de olhos azuis e cabelos loiros entre as populações do interior.

Propiciando contactos mais íntimos e demorados entre os loiros flamengos e as rudes filhas da terra brasileira, a invasão batava teria, segundo ela, dado aso ao aparecimento de numerosos mestiços nordo-americanos, mestiços cujos descendentes, por fôrça de influências atávicas inelutáveis, mostram ainda hoje muitos dos caractéres antropológicos próprios àqueles seus longínquos ancestrais europeus.

No número dos muitos escritores nacionais que defendem tão singelos conceitos, está o consagrado homem de letras cearense Gustavo Barroso, autor de obras históricas de mérito indiscutível.

Em seu trabalho intitulado "Populações do Nordeste" (Revista da Sociedade de Geografia "Tomo XXXI — 1926-1927), o nosso autor, depois de citar determinado trecho de João Brígido, inserto em "O Ceará — Homens e Fatos", com o qual

não parece concordar inteiramente, (1) observa: "Entretanto quem viaja pelos sertões malgrado o domínio holandês ter sido quase exclusivamente praieiro encontra *homens de tipo acentuadamente flamengo,* fortes, membrudos, alourados, de olhos estranhamente azuis. Esta observação pessoal minha, feita nos sertões cearenses e registrada em livro, foi referendada por Tavares de Lira na sua obra: — "O Domínio holandês no Brasil".

E, para deixar bem claros os fundamentos históricos em que estriba a sua opinião a respeito da origem de certos traços morfológicos, visiveis "nos corpos das gentes nordestinas", Gustavo Barroso prossegue, em nota posterior: — "Na sua maioria ,os portuguêses que povoaram o Nordeste, exceção feita de certas famílias nobres vindas para Recife em várias épocas e para a Paraíba com Duarte Coelho e D. Diogo de Menezes, foram gente do sul do reino, menos germanos e iberos de sangue, menos latinos de alma do que os do Tejo para cima, mesclados quase todos de mouro, de arabe e de judeu".

Também Tomás Pompeu Sobrinho, etnógrafo e historiador de não menor vulto, sustenta, em "Povoamento do Nordeste Brasileiro", (Revista do Instituto do Ceará. Tomo XL). idéias e conceitos semelhantes aos de seu ilustre coestaduano. Assim escreve: "Os flamengos concorreram de modo não desprezível para o cadinho com que se fundia o povo nordestino. Percorreram mais ou menos demoradamente tôda a costa e *por tôda a parte deixaram vestígios de sua passagem quer na ordem cultural quer na ordem étnica."*

"Ainda se encontram, continua o mesmo historiador, nos sertões nordestinos tipos que, por atavismo, lembram a constituição somática, a côr da pele, dos olhos e do cabelo, etc., dos flamengos".

"Pessoalmente tenho verificado isso algumas vêzes, sobretudo por ocasião das sêcas, nas construções de vulto, quer açudes, quer estradas, onde se concentram milhares de sertanejos".

Defendidas por tão idôneos pesquisadores da matéria e arrimadas, em parte, na tradição popular, não deve ser motivo de estranheza que tais proposições tenham tido a boa acolhida

(1) — Eis o trecho a que nos referimos: «p. 50» «Os holandeses, por exemplo, deixaram poucos traços da sua passagem nas almas e nos corpos das gentes nordestinas, porém êstes ainda se não apagaram. Foram mais abundantes e são em Pernambuco, onde seu domínio teve maior consolidação. Foram menores nas outras terras do nordeste e quase imperceptíveis no Ceará...»

do público letrado de nossa terra e corram mundo, revestidas do cunho de verdadeira histórica irrefragável.

É natural igualmente que, por êsse mesmo motivo, elas sejam repetidas com orgulho por muitos estudiosos cearenses, que, embora tenham nos lábios palavras de condenação para as teorias racistas, guardam ainda no coração o enternecido respeito que tais idéias lograram inspirar, nos meios cultos da Europa, em época pouco anterior à primeira guerra mundial.

Quantas vêzes temos ouvido a sertanejos letrados, mas ingênuos, referir também a existência, no recesso de suas terras interiores, de crianças louras e de "olhos estranhamente azuis", e depois explicar, com um sorriso de enlêvo, que elas descendem daqueles holandeses, em tempos idos e distantes, dominadores vitoriosos da fímbria litorânea do Brasil Norte Oriental.

Deslumbrados, sem dúvida, pelo fulgor da civilização neerlandesa e não podendo, êles próprios, ostentar fúlvida coma e íris anilada, sentem-se felizes simplesmente em proclamar que outros filhos de suas glebas trazem em si caracteres somáticos próprios à casta divina dos árias.

Nesse embevecimento há, é certo, a expressão de um desejo, recôndito em todo homem, de aparecer aos olhos de seus semelhantes como um descendente direto ou indireto de ancestrais ilustres. Ter varões assinalados entre os seus maiores, mesmo quando êsses nobres avoengos hajam dourado os brasões a custa da pirataria, do sangue e do morticínio de populações indefesos, parece a muitos justo motivo de orgulho. E, em virtude de os flamengos figurarem ainda hoje entre as gentes mais progressistas da Europa, o que vale dizer do mundo, êles julgam que ser originário dos loiros povoadores antigos dos Países-Baixos, constitui o mais elevado padrão de glória para um povo.

A verdade é, porém, que os flamengos pouca ou talvez mesmo nenhuma interferência tiveram na formação étnica dos sertanejos nordestinos.

É certo que a diferença de língua, os ressentimentos oriundos de um regime de ocupação militar e as fundas divergências religiosas que extremavam "invasores calvinistas, convictos de uma mística religiosa extremamente forte", e habitantes católicos, cujos sentimentos religiosos ressumbravam fanatismo, jamais constituíram motivos de incompatibilidades irremovíveis entre êsses dois grupos raciais em presença.

Os intrusos contaram mesmo, desde os seus primeiros dias de estada no Nordeste, com o forte apoio, senão mesmo com a

cooperação dedicada, de uma quinta-coluna bastante numerosa. Constituiam-na renegados portuguêses e mestiços euro-americanos que, por mal compreendido espírito de brasilidade, bandeavam-se com o inimigo.

O general Matias de Albuquerque que fêz perecer Calabar por enforcamento, viu-se, por isso mesmo, constrangido a ordenar, diz-nos Afonso A. de Melo Franco, a execução de Manuel de Castro que servia de aguazil ao inimigo; de Pedro da Rocha, que a êste prestava informações; de Jerônimo de Paiva, expulso da Companhia de Jesus e passado aos holandeses; de Cosmo de Almeida, arcabuzado na Paraíba por conivência com o invasor, além de muitos outros, dos quais a história não guarda os nomes. Já anteriormente na Bahia, lembra Carlos Maul, um certo Antônio Dias, cristão novo, vivia em harmonia de traficância com os flamengos, e Sebastião Carvalho e Estêvão Pinto, ambos lusitanos, entregavam-se à espionagem em proveito do inimigo.

Logo após a tomada de Recife naturais e conquistadores se fizeram sócios em emprêsas comerciais e agrícolas, e fraternizavam em festividades públicas e privadas com que era de uso comemorarem-se ali acontecimentos de relevância.

Incontestável é com efeito que várias senhoras pernambucanas, mesmo da mais lídima nobreza, aceitaram herejes por maridos.

Em Fernandes da Gama ("Memória histórica", tomo 2 p. 106), se lê que Carlos Tourlon le Jeune, capitão das Guardas de Nassau, casou com D. Ana Pais de Altero, bela viuva que viria mais tarde a contrair terceiras núpcias com Gilberto de Witts, membro do conselho público de Recife, "escandalizando a sociedade patriarcal católica e quase feudal que era Pernambuco de sua época".

Da mesma forma agiu o capitão de cavalaria Gaspar Van der Ley, holandês de nobre estirpe, desposando, depois de se ter convertido ao catolicismo, a pernambucana D. Maria de Melo, filha de Manuel Gomes de Melo, senhor do engenho Trapiche, da freguesia do Cabo.

A êste fidalgo flamengo e a "outros holandeses casados com portuguêsas", alude Martim Soares Moreno, em carta escrita de Nazaré do Cabo S. Agostinho, a 6 de setembro de 1645, e inserta, segundo o historiador Vicente Ferrer, na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (n. 35, pág. 45).

O que houve em Pernambuco, no tocante às ligações sentimentais entre batavos e luso-brasileiras, deve ter ocorrido igualmente na Paraíba e mesmo no Rio Grande do Norte, não obstante o clamor dos sacerdotes católicos e os anátemas da igreja contra elas.

Tudo isso tem, todavia, diminuta importância porque tais casamentos foram forçosamente pouco numerosos e sem repercussão de vulto no campo da etnografia brasileira.

Frei Manuel Calado, ou antes Frei Manuel do Salvador, em "O Valoroso Lucideno, e o triunfo da liberdade", dando-nos conta das solenidades ordenadas por Nassau, em abril de 1641, para celebrar a libertação de Portugal, ocorrida no ano anterior, estima em 20 apenas o número de mulheres portuguêsas que se uniram com flamengos.

Frei Manuel do Salvador acrescenta, porém, melancòlicamente: "para melhor dizer se amancebaram pois se casaram com herejes e por os predicantes, por quanto os holandeses as enganaram, dizendo-lhes que eram católicos romanos, e também porque como êles eram senhores da terra faziam as coisas como lhes parecia e era mais honroso e proveitoso".

Observemos de passagem que tais uniões nem sempre resultavam da imposição feita por um conquistador tirânico, nem foram fruto apenas de embustes praticados por pretendentes masculinos que ansiavam obter, a qualquer preço, triunfos amorosos, como pretente insinuar o frade-cronista. Tampouco as moças pernambucanas, contraindo núpcias com flamengos, cediam apenas à fascinação dos atributos físicos de que, porventura, fôssem portadores os loiros filhos das Províncias Unidas.

Os motivos eram outros e bem mais prosaicos e utilitaristas.

Consoante argutamente evidencia o sociólogo Gilberto Freyre, em um pequeno artigo intitulado "Mulheres e Cavalos", é que, das mulheres da terra, algumas parecem ter descoberto ou adivinhado nos herejes homens menos tirânicos, no seu trato com o belo sexo, do que seus compatrícios lusitanos.

Malgradò ter sido pequeno o número de ligações entre luso-brasileiras e flamengos, o tratado de 26 de janeiro de 1654, delas cogitou, concedendo, diz-nos o historiador Vicente Ferrer ("Guerras Flamengas" — Lisboa, 1915), aos vassalos dos Estados Gerais que fôssem casados com mulheres portuguêsas ou nascidas em terra, que sejam tratados como se fossem casados com flamengas e que possam levar consigo as mulheres portuguêsas por sua vontade".

XVI

Se os casamentos entre invasores e moças nordestinas de ascendência européia foram, como vimos, relativamente raros, as ligações, mesmo efêmeras, de funcionários e militares flamengos com índias foram mais raros ainda. Pode dizer-se que ocorreram de maneira absolutamente excepcional nos anais da dominação holandesa.

A carência de mulheres brancas nas terras conquistadas e as complacências elásticas das silvícolas, que tanto exacerbavam a concupiscência do reinol, nunca constituíram razões bastantes para forçar êsses estranhos a acasalarem-se com as indígenas, mesmo em convivências rápidas.

Nisso êles diferiam também profundamente dos franceses, de quem ainda, em 1587, Gabriel Soares de Sousa dizia em seu "Roteiro": "os quais se amancebaram na terra, onde morreram, sem se quererem tornar a França e viveram como gentios com muitas mulheres, dos quais e dos que vinham todos os anos à Bahia e ao rio de Sergipe em naus de França, se inçou a terra de mamelucos, que nasceram, viveram e morreram como gentios; dos quais há hoje muito seus descedentes que são louros, alvos e sardos, e havidos por índios tupinambás, e são mais bárbaros que êles".

Arredio ao convívio das nativas em virtude de inatos escrúpulos étnicos, tanto quanto por fôrça das determinações superiores que proibiam tais cruzamentos, o batavo, em quase sua totalidade, logrou resistir aos seus enleios femenis.

Refere Câmara Cascudo, que o alferes Gaspar Bleem, que serviu no Ceará e foi dos poucos neerlandeses a ousarem desrespeitar as ordens formais dos supremos conselheiros, amigando-se com uma nativa, sofreu, para exemplo e escarmentação de seus pares, a pena de deportação.

E Gonçalves de Melo Neto, em livro recente, "Tempo dos Flamengos" (citado, aliás, pelo Dr. Raimundo Girão em "Um século sem famílias") acrescenta, que, por mais estreita que tenha sido a amizade entre brasilienses e holandeses, nunca foi possível criar entre as duas raças laços mais firmes que os de simples aliança de interêsses econômicos.

O Conselho Supremo, o Conselho eclesiástico e os predicadores calvinistas tinham para com as aproximações carnais entre elas indisfarçável reprovação e mesmo gestos de profunda repulsa.

Afirmam historiadores de reconhecida autoridade, Souto Maior entre outros, que Jacó Rabbi, o torvo aventureiro judeu

que, nos primórdios da ocupação neerlandesa, tantos excessos cometeu contra os moradores da Paraíba e Rio Grande do Norte, também não desdenhou os encantos das nossas *cunhãs*. Uniu-se mesmo com uma tapuia tendo sido isso justamente um dos motivos de seu enorme prestígio entre os *janduís* nordestinos, cabilda de que sua mulher era originária.

Tão grande, em verdade, a importância de que Rabbi fruia no seio da tribo citada, que esta chegou ao extremo de concertar uma revolta armada contra os holandeses quando êle foi morto por ordem do tenente coronel Joris Garstman, oficial cujo sogro brasileiro, o judeu fizera cruelmente assassinar pelos seus sequazes. Rabbi não era, porém, um lídimo filho das Províncias Unidas.

O número de cruzamentos batavo-indígenas havidos no Nordeste foi, pois, pràticamente nulo.

Assim, a intrusão do sangue holandês em veias caboclas, que tão raras aproximações poderiam proporcionar, ocorreu em quantidade absolutamente insuficiente para motivar, por atavismo, o aparecimento, entre os nossos sertanejos, de indivíduos portadores de traços fisionômicos próprios aos povos do meio-norte da Europa Ocidental.

Note-se, outrossim, que bem poucas deveriam ter sido igualmente as senhoras brasileiras, casadas durante o domínio flamengo com protestantes estrangeiros, que ousaram afrontar as iras dos "papistas" permanencendo com sua prole em nosso país, depois da expulsão do invasor.

Mesmo que todos êsses casais aqui houvessem ficado, o número normal de descendentes dêles provindos, certamente, não bastaria a espalhar, através da nossa interlândia, os caracteres reputados nórdicos de que são portadores tantos de seus habitantes.

Os resultados de tais uniões ter-se-iam feito sentir de maneira sensível quando muito ao longo da zona litorânea que vai de Pernambuco até o Rio Grande do Norte.

XVII

Eliminando, por improvável, o elemento holandês como fator constitutivo da *etnia* das populações sertanejas, fazem-se necessárias novas hipóteses que expliquem o aparecimento, de certo modo anômalo, de crianças arruivadas e de olhos azuis entre as gentes morenas do interior nordestino.

Capistrano de Abreu, mestre incontestável da historiografia nacional, encara o fato como uma consequência de cru-

zamento galo-indígena, havido no século do descobrimento e nos inícios da centúria seguinte.

Sabido é que o relativo abandono da Terra de Santa Cruz, nos primeiros dias de sua história, serviu de estímulo forte à cobiça dos povos da Europa Ocidental que, já então, disputavam a Portugal o predomínio dos mares.

Aproveitando a incúria e o descaso dos descobridores, mais que nunca presos ao fascínio das riquezas do Oriente, marujos de tôdas as nacionalidades aproavam o nosso litoral e nêle vinham refrescar, fazer aguada e livremente traficar com os nativos.

Trocavam mercadorias do Velho Mundo pelos gêneros de grangearia indígena, entretendo, dêsse modo, intenso comércio clandestino.

E como a costa do Brasil Norte-Oriental, por sua proximidade relativa dos portos da Europa, oferecesse maiores facilidades de acesso, foi ela desde logo o alvo preferido para êsse intercâmbio ilegal e perigoso, mas extremamente lucrativo para quem o praticava de modo continuado.

O Nordeste recebeu, assim, desde os albores do século XVI, visitas assíduas de contrabandistas europeus, em particular franceses, que foram indubitàvelmente, depois dos povos da Ibéria, os primeiros civilizados a procurar contatos com os nossos aborígenes.

Dotados de largo espírito de iniciativa, hábeis e práticos, êsses perlustradores irrequietos das nossas plagas atlânticas traficavam com tudo aquilo que fôsse suscetível de alcançar preços compensadores nos mercados de França. Tinham, por isso mesmo, numerosos e fortes incentivos para contínuas viagens ao Novo Mundo.

Contrabandeavam, porém, de preferência, madeiras e o faziam por intermédio de indivíduos que, propelidos por uma ânsia quase mórbida de liberdade sem peias, ou arrastados pelo simples espírito de aventuras, se deixavam ficar em terra, passando a viver em íntima camaradagem com seus rudes moradores.

Segregados do mundo, êsses homens, de ordinário ainda jovens, nivelavam-se aos nativos, tomando parte em tôdas as manifestações da vida social da cabilda que generosamente os acolhera e tratara, mesmo as mais repugnantes aos olhos dos civilizados. Referem cronistas dignos de fé que, estranhamente pintados e ataviados de penas multicores, muitos dêles não trepidavam, por ocasião de certas cerimônias rituais das tribos,

em deglutir gostosamente nacos sangrentos de carne humana. (C. Studart Filho "Primitivo comércio marítimo do Ceará". Revista do Instituto do Ceará, Tomo LI, 1937).

No intuito de facilitar o intercâmbio comercial certos especuladores estabeleciam em pontos mais propícios da costa, feitorias e postos de escambo, defendidos por seguras paliçadas onde seus navios vinham receber as mercâncias da terra.

Aventureiros de tôda casta e origem aí fixavam residência temporária, procurando melhores oportunidades para o desempenho de suas atividades ilícitas.

Tais contrabandistas, e também os náufragos e os desertores, escapos de navios da mesma origem e até os simples marinheiros de passagem, homens sem mulheres de sua estirpe, ao pisarem a terra, logo entraram em relações sexuais com as índias que lhes não opunham a menor resistência. Representavam, pois, um material abundante e variado para uma ampla miscigenação galo-indígena.

Essas uniões desarmônicas geraram, como é natural, numerosos descendentes mestiços, alguns dêles louros, alvos e sardos, gente que, na opinião um tanto facciosa do cronista Gabriel Soares de Sousa, era ainda mais bárbara do que os índios tupinambás seus ascendentes imediatos.

A mestiçagem entre aventureiros franceses e nativas parece ter-se desenvolvido em maior escala primeiramente em Pernambuco e Itamaracá. Quando essas capitanias foram ocupadas pelos portuguêses, piratas e contrabandistas transferiram o campo de seus negócios sucessivamente para a Paraíba, depois para o Rio Grande do Norte, que se tornaram, assim, por sua vez, o centro de intensa fusão étnica.

Segundo o testemunho de Knivet, os franceses deixaram larga geração na Paraíba e no Rio Grande do Norte. (Apud. Pompeu Sobrinho "Povoamento do Nordeste", Rev. do Instituto do Ceará. Fortaleza 1937).

Foi, porém, nas costas maranhenses, — onde, depois de amiudadas visitas, os gauleses estacionaram longamente — que a produção de mamelucos deve ter sido particularmente avultada.

Apoderando-se da ilha de S. Luís, em 1612, aí fundaram uma prospera colônia que floresceu até 1615, e irradiou sua influência civilizadora, de um lado, até a foz do Amazonas, do outro, até às rechãs da Ibiapaba.

É de recordar que, já em 1604, quando por lá transitou Pero Coelho de Sousa, grandes trechos da serra estavam sob a dependência francesa, aí tendo êle encontrado vários indivíduos dessa

nacionalidade, morando entre indígenas. Comandados por um tal Mambille e pelo principal Diabo Grande, forasteiros e nativos opuseram mesmo tenaz resistência ao avanço dos portuguêses sôbre o Maranhão mas foram abatidos e, em grande número, escravizados.

O Pe. Ivo d'Evreux, em sua "Viagem ao Norte do Brasil", pretende que Diabo Grande era mameluco, filho de um conterrâneo seu com uma índia e, portanto, inimigo natural dos lusitanos.

O que acabamos de referir leva-nos, pois, inicialmente a aceitar como verossímil uma remota influência gaulesa na formação do nosso homem sertanejo e a admitir, em parte pelo menos, a opinião de Capistrano de Abreu, no tocante ao melindroso problema em análise.

Importa considerar igualmente os dados seguintes que contradizem, e, de certo modo, anulam as afirmativas do insigne historiador cearense : 1) Os índios, amigos dos franceses e entre os quais êles poderiam haver deixado descendentes mestiços, foram massacrados em grande número ou exterminados das costas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte pelos portuguêses e gentios aliados.

Escorraçados dos campos nativos, os indígenas que não haviam aderido à causa lusitana, buscaram — como fariam algumas décadas mais tarde, aquêles que se tinham tornado parciais dos holandeses durante a ocupação — refúgio na Ibiapaba e regiões vizinhas de leste, alcançando mesmo alguns as terras chãs da Amazônia brasileira.

Marchando, de ordinário, pela orla praieira a fim de evitar os tapuias cujas hostilidades temiam, ou esporàdicamente, também através dos sertões que varavam em correrias rápidas, os grupos fugitivos não teriam tido, certamente, grandes oportunidades para legar, às gentes do interior cearense, as imponderáveis determinantes raciais que, ainda hoje, fazem aparecer olhos azuis e cabelos loiros nas crianças sertanejas; determinantes essas que apenas um número limitado de indivíduos, formadores do grupo em retirada, seria suscetível de trazer na intimidade de suas células germinativas.

2) As correntes migratórias que povoaram o Ceará vieram, em sua quase totalidade, do Levante e não seria lícito, portanto, admitir que elas carreassem mestiços galo-indígenas do Maranhão — onde os contatos das duas raças haviam sido mais demorados e prolíficos — para o interior daquele Estado do Nordeste Oriental.

O exame dêsses e de outros fatos, entre os quais deve ser destacado o silêncio dos cronistas religiosos e leigos, posteriores à primeira metade do século XVII, no que tange à existência de mestiços franco-brasileiros em aldeias missionadas do Ceará, permite-nos, pois, concluir que o papel desempenhado pelos gauleses na criação do tipo morfológico no nordestino propriamente dito deve ter sido insignificante.

As uniões franco-indígenas ocorreram em verdade de maneira sumamente irregular e foram sempre acidentais. De qualquer forma, também em muito escasso número no Ceará para afetarem de modo sensível a constituição étnica de seu povo.

Tudo nos autoriza, portanto, a referir o fenômeno "blondeur", do nosso matuto, uma vez excluidas as interferências batava e gaulesa, à simples atuação do sangue compósito dos nossos maiores lusitanos, sangue cujas influências foram sempre, e em todos os pontos, preponderantes e decisivas nos destinos do Brasil.

Para povoar os chãos incultos do Nordeste acorreram, com efeito, moradores de todos os recantos de Portugal e de suas possessões insulares do Atlântico.

Vieram ilhéus em grande número dos Açores, arquipélago que, segundo tôda evidência, foi colonizado também por imigrantes lusitanos de formação racial extremamente complexa. Em Portugal, diz Lúcio de Azevedo ("Estudos para a história dos cristãos novos em Portugal") a mescla já era grande antes que, no século XVI, se integrassem novos elementos na população".

Muitos dos colonos lusitanos que derivavam para as ilhas, deviam, pois, possuir certos caracteres morfológicos próprios aos homens loiros do norte e centro-norte da Europa Ocidental que, para o reino, se tinham transportado em diferentes épocas de sua história. Tal fato é confirmado pela frequência em qualquer das ilhas açorianos de habitantes sardos e de olhos esverdeados ou azuis, caráter êste havido por Deniker por tìpicamente nórdico.

Generalizamos, muito de propósito, dizendo acima homens loiros do Norte e meio-norte da Europa Ocidental e não especialmente arianos ou nórdicos, tendo em vista o apresentarem várias raças anarianas do Velho Mundo a descoloração dos pêlos e outros caracteres físicos cuja descoberta, entre populações nordestinas, tem sido sempre motivo para estranheza (2).

(2) — A estranheza que entre nós provoca a existência de crianças loiras nos sertões do Nordeste vem, de certo modo, dar razão a Ferdinand Lot quando

Loiros são, além dos germanos, os finlandeses e os leto-lituanos embora cada um dêstes apresente peculiaridades morfológicas capazes de os individualizar como grupos étnicos distintos. Representantes dessas raças bem poderiam ter pisado terras lusitanas e nelas deixado descendentes em período anterior aos grandes descobrimentos, quando Portugal era um importante centro de comércio, onde os povos ribeirinhos do Mar do Norte e talvez mesmo do Báltico, vinham traficar.

XVIII

É de acentuada importância frisar que a corrente imigratória vinda dos Açores para o Nordeste, ao contrário do que proclamam especialistas no assunto, foi sempre caudalosa, fruiu durante todo o período colonial não se exaurindo mesmo com a nossa independência.

Ainda em 1871 chegava, com efeito, ao pôrto de Fortaleza a barca Amizade trazendo da ilha de S. Miguel 159 colonos sendo 25 para o Ceará.

Se os ilhéus que nos colonizaram eram de formação racial complexa, o povo português das terras firmes da Eurásia de que êles provinham e que, por sua vez, emigrou para o Nordeste constituia também, naturalmente, um verdadeiro mosáico, de côres e de sangue, em perpétuo caldeamento.

Para formá-lo haviam concorrido em proporções indefinidas não apenas raças indo-européias (céltica, germânica, ibérica, etc.) e hamito-semitas senão também tipos humanos acentuadamente melanodermos, entrados na Península com os conquistadores muçulmanos.

Dada a contribuição germânica, dêle faziam parte indivíduos de pela branca, olhos azuis e cabeleira loira ou castanho-claro. Êstes, descendiam dos fidalgos franceses, vindos no séquito de Henrique de Borgonha, e dos colonos, da mesma origem, que os acompanharam para empreender os primeiros

---

assevera que dentre tôdos os caracteres raciais aquêle que, à primeira vista, desperta maior curiosidade e atenção é a «blondeur», nome infelizmente sem correspondência no vernáculo, senão no Ceará, onde é chamado «louridão», vocábulo sobremodo expressivo.

Franz Boas (Questiones fundamentales de antropologia cultural), recorda, por seu turno, a impressão de surpresa e interêsse que nas legiões de Cesar devem ter causado as hóstes germânicas de Ariovistus «con sus cabelos rubios, sus ojos azules ü otros rasgos pronunciados que eran raros entre los romanos aunque no enteramento desconocidos para ellos».

trabalhos de exploração econômica da terra portucalense, devastada pela guerra e tornada sáfara pelo abandono. Provinham igualmente de gentes loiras, remanescentes de antigos invasores bárbaros.

No ocaso do império romano do ocidente e depois de sua queda, os invasores haviam deixado suas planícies brumosas da Germânia setentrional, caminhando em busca das regiões soalheiras e risonhas do meio-dia europeu. Deslocando-se rumo a horizontes mais amenos, muito daqueles homens seriam aniquilados durante a travessia, mas outros lograriam abrir caminho pela fôrça das armas, até a região mediterrânea. Alguns chegariam mesmo a constituir reinos efêmeros em terras estranhas. Todos acabariam, porém, finalmente assimilados pelas populações locais.

Pela Ibéria transitaram, como é sabido, vândalos, alanos, godos e suevos; foram, porém, incontestàvelmente os dois últimos grupos que, em Portugal, deixaram maiores traços de sua passagem.

O mosáico racial português do raiar da idade moderna cedo tenderia a uniformizar-se pela eliminação dos tipos portadores de caracteres somáticos em desarmonia com as próprias condições do meio físico.

Em virtude do ser *"la blondeur"*, conforme lembra Ferdinand Lot ("Invasions Germaniques". Paris 1935), uma deficiência relativa de pigmentação que acarreta a brancura da pele e certa descoloração dos cabelos e dos olhos — caracteres morfológicos êsses mais próprios a povos que vivem ao N. e ao S. do mar Báltico — ela devia desaparecer em primeiro lugar. Viriam, sem dúvida, depois, um certo decréscimo de estatura e várias outras modificações morfológicas tendentes a aproximar e até mesmo confundir os descendentes do elemento alienígena com os moradores antigos da região. Êsse trabalho lento e tenaz da natureza durou decênios e por tal forma se processou que o elemento ibérico acabou sobrepujando os outros componentes do povo lusitano e de seu vizinho espanhol.

Recorda Oliveira Viana ("Etnologia dos bandeirantes") que os etnólogos são hoje concordes sôbre a absoluta predominância da raça ibérica na população atual da península, e Pittard, na sua obra ("Les races et l'Histoire". Paris, 1924), repetindo, aliás, Ripley, reconhece que poucos grupos europeus poderão exibir atualmente uma homogeneidade étnica comparável à das duas populações.

A referida homogeneidade étnica, longe está, porém, de ser absoluta pois ainda hoje não é difícil encontrar em Portugal — em virtude do próprio princípio da indestrutibilidade dos elementos étnicos que hajam concorrido à formação de um povo (3) — indivíduos que apresentem caracteres dos antigos godos ou dos suevos.

Em Portugal, diz ainda Oliveira Viana, êstes elementos destacam-se às vêzes nìtidamente distintos num mesmo grupo de populações, deixando entrever os tipos persistentes das antigas raças invasoras. Antropólogos lusitanos, chegam mesmo a assinalar um coeficiente de 2% de indivíduos louros na massa da população portuguêsa de nossos dias.

Se uma tal percentagem ocorre ainda atualmente é logico presumirmos que uma percentagem pelo menos igual de gente ruiva integrasse o povo lusitano em um momento qualquer de sua história pretérita.

"Há trezentos ou quatrocentos anos passados, prossegue o autor das "Populações Meridionais" os elementos não ibéricos deviam, portanto, ser mais abundantes do que hoje".

Vacher de Lapouge, racista tão intransigente quanto Le Bon, Gobineau, Rosemberg, Chamberlain e outros, reduz mesmo a epopéia magnífica dos descobrimentos marítimos a uma realização quase exclusiva dêsses indivíduos não ibéricos ou melhor, a um feito dos dólico-loiros, de elevada estatura, brancos de olhos azuis, que, em número apreciável, integrariam, então, o povo português.

Segundo êle, teriam sido os nórdicos que, naqueles dias gloriosos das grandes travessias oceânicas, arrastaram para o mar a massa inerte de seus concidadãos pertencentes a grupos raciais menos decididos e empreendedores.

A contrariar os exageros "teutonistas" do autor de "As seleções sociais" e do "Ariano" há, todavia, um fato de grande significação, lembrado por Oliveira Viana: — Os observadores do século XV descrevem os portuguêses daquela época como sendo de côr morena e de cabelos pretos.

Registemos que Hans Staden, o aventureiro alemão caído prisioneiro dos gentios de Bertioga, narra que os nativos em

(3) — A tendência geral dos estudos antropológicos, ensina Franz Boas, tem sido supor a permanência dos caracteres anatômicos das raças atuais começando com as raças européias dos primeiros tempos neolíticos».

Kolhman, o mais entusiasta defensor dessa teoria, sustenta que os restos humanos mais antigos, descobertos nos depósitos neolíticos da Europa, representam tipos que ainda se encontram inalterados entre a população moderna civilizada do continente.

geral distinguiam os franceses, seus amigos, dos portuguêses, por serem êstes morenos e aquêles quase sempre aloirados. Acrescenta o narrador que esteve a pique de ser devorado pelos seus captores e só não o foi porque, possuindo barba e cabelos ruivos, êstes o tomaram por um autêntico gaulês.

Nem um fato nem o outro impediria, de certo, que, entre reinícolas da era da conquista e da colonização, existissem, como já dissemos, indivíduos de tipo caracterìsticamente germânico,

Quando, no 1º e no 2º séculos, começaram a afluir para o Brasil os colonizadores lusitanos, êsses tipos claros, de faces rosadas, olhos azuis e cabelos ruivos, misturados aos outros elementos, transportaram-se também para o Nordeste.

Aí fixados, geraram descendentes que viriam, num futuro mais ou menos remoto, a apresentar os mesmos caracteres somáticos de seus ancestrais originários do norte da Europa.

Em conclusão, o aparecimento, na interlândia nordestino, de crianças claras, de olhos azuis ou esverdeados e cabeleira ruíva ou castanho-clara, é, pois, um fato muito semelhante ao que ocorre em Portugal de nossos dias. Trata-se de meros casos de sobrevivência de antigos tipos raciais formadores do povo lusitano que se reconstituiram por simples atavismo.